



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO N 21/2018

Proposição : Projeto de Lei n 10/2018
Autoria : Executivo
Assunto : Institui o programa de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, cria o Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais – FMPSA e dá outras providências.

1

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GUARÁ**, Estado de São Paulo, no uso das suas atribuições legais,

A P R O V A:

Art. 1 Esta lei institui o programa de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, estabelece formas de gestão, planejamento, controle e financiamento deste programa e disciplina a atuação do Poder Público Municipal em relação aos serviços ambientais.

Pargrafonico:- O programa tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável e fomentar a manutenção e a ampliação da oferta dos seguintes serviços e produtos ecossistêmicos:

I - o sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque de carbono, bem como a diminuição da emissão de carbono;

II - a conservação da beleza cnica natural;

III - a conservação da sociobiodiversidade;

IV - a conservação, reservação e distribuição das águas e dos serviços hídricos;

V - a regulação do clima;

VI - a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico;

VII - a conservação e recuperação do solo.

Art. 2 O Poder Executivo Municipal prestar apoio aos proprietários rurais ou urbanos enquadrados e cadastrados voluntariamente nos termos desta lei.

Pargrafonico:- Equipara-se ao apoio aos proprietários os incentivos monetários e não monetários previstos na legislação vigente.

Art. 3 O PSA será implementado por meio de Subprogramas e Projetos, com vistas a atender aos critérios de prioridade de conservação e recuperação dos recursos naturais que garantam a prestação de serviços ambientais.

Art. 4 Para efeito desta lei aplicam-se as seguintes definições:

I - Ecossistemas: comunidade de organismos que interagem entre si e com o meio ambiente ao qual pertencem, com transferência e circulação de energia e matéria;

II - Serviços ambientais: serviços ecossistêmicos obtidos por intermédio de iniciativas individuais ou coletivas que podem favorecer a manutenção, a recuperação ou o melhoramento de ecossistemas e que tem impacto além da área onde são gerados;



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

III - Serviços ecossistemicos: benefícios que as pessoas obtem dos ecossistemas, sendo consideradas as seguintes categorias:

a) Serviços de provisão: os que fornecem diretamente bens ou produtos ambientais utilizados pelo ser humano para consumo ou comercializao, com ou sem valor econmico, tais como água, alimentos, madeira, fibras, entre outros;

b) Serviços de suporte: os que promovem a ciclagem de nutrientes, a decomposio de resíduos, a produo, a manuteno ou a renovao da fertilidade do solo, a polinizao, a dispersão de sementes, o controle de populaes de potenciais pragas e de vetores de doenças humanas, a proteo contra a radiao solar ultravioleta, a manuteno da biodiversidade e do patrimnio genético, entre outros que mantenham a perenidade da vida na Terra;

c) Serviços de regulao: os que concorrem para a manuteno da estabilidade dos processos ecossistemicos, tais como o sequestro de carbono, a purificao do ar, a moderao de eventos climáticos extremos, a manuteno do equilíbrio do ciclo hidrológico, a minimizao das enchentes e das secas e o controle dos processos críticos de erosão e de deslizamentos de encostas, entre outros que concorram para a manuteno da estabilidade dos processos ecossistemicos e;

d) Serviços culturais: os que provêem benefícios estticos, de recreao, bem-estar ou outros benefícios imateriais  sociedade humana;

IV - Pagamento por serviços ambientais: mecanismo de compensao monetária ou não, de insumos ou de incentivo, baseado no princípio do Provedor-recebedor, no qual os fornecedores de serviços ambientais são compensados por estes serviços, para estimulo  proteo e recuperao ambiental, amparados por subprogramas e projetos;

V - Provedor de serviços ambientais: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, grupo familiar ou comunitário que, preenchidos os critérios de elegibilidade, mantm, recupera ou melhora as condies ambientais de ecossistemas que prestam serviços ambientais;

VI - Pagador de serviços ambientais: aquele que realiza o pagamento dos serviços ambientais nos termos do inciso IV, podendo ser agente público ou privado;

VII - Estoque de carbono florestal: componente de um determinado ecossistema natural ou modificado pela atividade humana, mensurado pelo peso da biomassa e necromassa convertido em carbono equivalente;

VIII - Sequestro de carbono: processo de aumento da concentrao de carbono em outro reservatório que não seja a atmosfera, inclusive práticas de remoo direta de gás carbnico da atmosfera, por meio de mudanças de uso da terra, recomposio florestal, reflorestamento e práticas de agricultura que aumentem a concentrao de carbono no solo, a separao e remoo de carbono dos gases de combustão;

IX - Conservao e recuperao do solo: a manuteno, nas áreas de solo ainda íntegro, de seus atributos e em solos em processo de degradao ou degradados, a recuperao e melhoria de seus atributos, com ganhos ambientais e econmicos;

X - Beleza cnica: valor esttico, ambiental e cultural de uma determinada paisagem natural;



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

XI - Serviços hídricos: manuteno da qualidade hídrica por meio da regulao do fluxo das águas, do controle da deposio de sedimentos, da conservao de habitats e espécies aquáticas, da quantidade de nutrientes, bem como da deposio de substâncias químicas e salinidade;

XII - Sociobiodiversidade: inter-relao entre os recursos naturais e os sistemas sociais, gerando bens e serviços voltados a cadeias, direta ou indiretamente ligados à proteo dos serviços ambientais e que promovam a manuteno e valorao das práticas socioculturais, assegurando a gerao de renda e a promoo da qualidade de vida e do meio ambiente em que vivem;

XIII - Produtos ecossistêmicos: produtos resultantes dos processos ecossistêmicos e/ou obtidos dos ecossistemas, tais como água, carbono, alimentos e fibras, madeira, recursos genéticos, extratos naturais, medicinais, farmacêuticos e ornamentais, dentre outros;

XIV - Regulao do clima: benefícios para a coletividade, decorrentes do manejo e da preservao dos ecossistemas naturais, que contribuam para o equilíbrio climático e o conforto térmico;

XV - Gases de efeito estufa - GEE: constituintes gasosos da atmosfera, naturais ou resultantes de processos antrópicos, capazes de absorver e reemitir a radiao solar infravermelha, especialmente o vapor d'água, o dióxido de carbono, o metano e o óxido nitroso, além do hexafluoreto de enxofre, dos hidrofluorcarbonos e dos perfluorcarbonos;

XVI - Emissões: liberao de substâncias gasosas na atmosfera, considerando-se uma área específica e um período determinado.

Parágrafo nico:- São adotados, para fins desta lei e seus regulamentos, em respeito aos melhores conhecimentos científicos disponíveis, as definies estabelecidas pela convenço-quadro das Naes Unidas sobre Mudança do Clima (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas - IPCC), Conveno de Biodiversidade (Plataforma Intergovernamental Científico-Política sobre Biodiversidade e Serviços Ambientais - IPBES), no texto e nas deliberaes no âmbito da Conveno das Naes Unidas de Combate  Desertificao, da Conveno Relativa s Zonas midas de Importância Internacional (Conveno de Ramsar), bem como no previsto na Lei Federal n 12.187 de 2009, que dispõe sobre Política Nacional de Mudanças do Clima e Lei Estadual n 13.798 de 2009, que dispõe sobre Política Estadual de Mudanças do Clima, além de outras normas nacionais e internacionais que regulam o tema.

Art. 5 O PSA considerar os princípios gerais nacionais e internacionais sobre o tema, em especial:

I - A existência de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, entre os atores públicos e privados;

II - A precauo para se evitar ou minimizar as causas das mudanças climáticas;

III - A participao social na formulao, gestão, monitoramento, avaliao e revisão do Programa, Subprogramas e Projetos;

IV - A transparência, eficiência e efetividade na administrao dos recursos financeiros.

V - Uso dos recursos naturais com responsabilidade e conhecimento técnico, para proteo e integridade em benefício das presentes e futuras geraes;



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

VI - Restabelecimento, recuperao, manuteno ou melhoramento de áreas prioritárias para conservao da biodiversidade ou para preservao da beleza cnica;

VII - Formao, melhoria e manuteno de corredores ecológicos;

VIII - Promoo da gestão de áreas, públicas ou privadas, prioritárias para conservao dos solos, água e biodiversidade, de áreas de uso sustentável e repartio de benefícios da biodiversidade;

IX - Fortalecimento da identidade e respeito à diversidade cultural, combate à pobreza e elevao da qualidade de vida da populao;

X - Fomento às aoes humanas voltadas à promoo de serviços ambientais;

XI - Reconhecimento da contribuio de toda agricultura que promova a proteo ou conservao ambiental;

XII - Utilizao de incentivos econmicos objetivando o fortalecimento da economia de base florestal sustentável;

XIII - Respeito aos direitos humanos reconhecidos e assumidos pelo Estado brasileiro perante a Organizao das Naoes Unidas e demais compromissos internacionais;

XIV - Justiça e equidade na repartio dos benefícios econmicos e sociais oriundos dos produtos e serviços vinculados aos Subprogramas e Projetos associados a esta lei;

XV - Promoo da integridade ambiental com inclusão social de populaoes rurais em situao de vulnerabilidade;

XVI - Prioridade para áreas sob maior risco socioambiental;

XVII - Transparência, eficiência e efetividade na administrao dos recursos financeiros.

Parágrafo nico:- O Poder Público Municipal é competente para gestão, planejamento, formulao, implementao, monitoramento, avaliao de aoes e criao de normas que objetivem a proteo do meio ambiente e, dessa forma, a intensificao de práticas a aumento de áreas verdes e proteo dos recursos hídricos, a reduo de emissoes de gases de efeito estufa, a manuteno de estoques de carbono florestal no Município e a provisão e conservao de outros serviços ambientais e produtos ecossistêmicos.

Art. 6o O PSA é de natureza de planejamento, gerencial, controle, registro, execuo, econmica, financeira e seus instrumentos são:

I - Subprogramas e Projetos de Pagamento por Serviços Ambientais;

II - Convênios e Parcerias Técnico-Financeiras;

III - Conselho Diretor do PSA;

IV - Banco de áreas Verdes de Guará;

V - Inventário PSA/Guará;

VI - Cadastro Municipal dos Provedores de Serviços Ambientais.

Parágrafo nico:- Os instrumentos previstos neste artigo objetivam estabelecer um arranjo institucional estável, que garanta um ambiente de confiança para fomentadores, investidores, Provedores e beneficiários dos serviços ambientais e abrangem incentivos monetários ou não monetários.

Art. 7o São considerados Subprogramas e Projetos do PSA:



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

I - Subprograma de Incentivo a Serviços Ambientais - Carbono (ISA Carbono);

II - Subprograma de Incentivo  Regulação do Clima (ISA Clima);

III - Subprograma de Pagamento pela Conservação e Recuperação do Solo (PSA Solo);

IV - Subprograma de Pagamento pela Conservação das águas e dos Recursos Hídricos (PSA gua);

V - Projeto de Conservação da Beleza Cnica Natural;

VI - Projeto de Conservação da Sociobiodiversidade;

VII - Projeto de Incentivo s Reservas Particulares do Patrimnio Natural (RPPN).

Parágrafo nico:- Os Subprogramas e Projetos mencionados no caput deste artigo, bem como as condições de sua implementação, monitoramento, avaliação e normas complementares, serão definidos em regulamento, atendidas as disponibilidades orçamentárias, sob competência da Secretaria de Desenvolvimento Socioeconmico, ouvido o Conselho Diretor do PSA.

Art. 8 Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos do PSA para contratação de levantamentos cadastrais de áreas com potencial de implantação de subprogramas e projetos do PSA, bem como para elaboração de estudos, pareceres, projetos básicos e executivos que tenham por objetivo a regularização de vazão e acumulação de água, garantindo a regularidade de fornecimento e seu uso múltiplo, desde que tenham por escopo a preservação dos mananciais do município de Guará.

Art. 9 é permitida a sobreposição de ações na mesma área de serviços ambientais desde que tecnicamente justificada e com aprovação do Conselho Diretor e não acarrete em acúmulo de incentivo de ordem monetária, bem como em sobreposição de ordem não monetária, promovidas de forma desproporcional ao princípio da proporcionalidade e razoabilidade, de acordo com o definido em regulamento específico.

Art 10 Fica instituído o Conselho Diretor do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais do Município, instrumento de planejamento, gestão e controle do PSA, composto de dois representantes, sendo um titular e um suplente, dos seguintes rgos:

I - Secretaria de Desenvolvimento Socioeconmico;

II - Secretaria Municipal de Administração;

III - Secretaria Municipal de Obras e Serviços;

IV - Secretaria Municipal de Finanças;

V - Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA);

VI - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDRA);

VII – guas de Guará S/A.

Art 11 O Conselho Diretor do PSA será vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Socioeconmico e presidido pelo seu Secretário, e terá as seguintes competências:

I - Planejar e gerenciar o PSA;



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

II - Definir critérios e estabelecer meios para a assistência técnica e capacitação;

III - Analisar e aprovar propostas de normas da área técnica da Secretaria de Desenvolvimento Socioeconmico;

IV - Analisar, aprovar, recomendar e promulgar as decisões de elegibilidade dos Provedores de serviços cadastrados, bem como homologar a liberação dos pagamentos;

V - Elaborar e apresentar relatórios anuais de suas atividades e conferir transparência aos mesmos;

VI - Outras atribuições que venham a ser definidas em regulamento.

Art 12 Cabe  Secretaria de Desenvolvimento Socioeconmico, como órgão coordenador e gerenciador do Banco de áreas Verdes - BAV, elaborar o inventário de espaços territoriais a serem preservados e protegidos ou de potencial promoção de serviços ambientais.

§ 1 O inventário deverá ser atualizado periodicamente.

§ 2 O inventário deverá conter a análise de priorização das áreas, salvaguardadas as restrições de elegibilidade definidas nesta lei e em suas regulamentes.

Art 13 A Secretaria de Desenvolvimento Socioeconmico organizar e manter o Cadastro Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, de caráter autodeclaratório, com a devida delimitação da área territorial, os dados de todas as áreas contempladas e os respectivos serviços ambientais prestados.

Art 14 O direito de se habilitar aos benefícios previstos no PSA somente se constitui após a aprovação do cadastro e o atendimento dos critérios de elegibilidade, nos termos do regulamento.

§ 1 Os provedores, para serem considerados beneficiários do PSA, devem ser integrados aos Subprogramas e Projetos aprovados nos termos desta lei e cumprir os requisitos neles previstos, sejam pessoas físicas ou jurídicas, em área urbana ou rural.

§ 2 Os requisitos gerais de elegibilidade do presente Título não excluem as obrigações vinculadas aos direitos reais de propriedade.

Art 15 O enquadramento ambiental da área se dará por meio de apresentação de projeto no momento do cadastro.

Art 16 Para o enquadramento, o interessado deverá comprovar seu vínculo inequívoco com o bem ambiental objeto do pleito, mediante a apresentação da matrícula atualizada do imóvel.

Art 17 O enquadramento legal da área se dará por meio da avaliação e classificação da situação da propriedade com as suas obrigações legais, com base na seguinte classificação:

I - Pleno: proponente que, além de cumprir suas obrigações legais, promove serviços ambientais de forma proativa, exclusivamente com recurso próprio e na área submetida ao PSA;



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

II - Em conformidade: proponente que cumpre suas obrigaes legais nos termos da legislao ambiental vigente;

III - Em não conformidade: proponente que apresenta pendências legais;

IV - Em condio de infrator ambiental: aquele proponente que sofre atos deresponsabilidade penal, civil ou administrativa.

Parágrafo nico:- Deverão ser consideradas para o enquadramento legal da área atos de responsabilizao ambiental nas esferas penal, civil e administrativa.

7

Art 18 Atendidos os requisitos de elegibilidade, o Termo de Habilitao para receber os benefícios será emitido pelo Conselho Diretor do PSA.

 1 O Termo de Habilitao será exarado com as definies dos compromissos assumidos, requisitos, prazos de execuo e demais condies a serem cumpridas pelo Provedor para fazer jus ao incentivo, conforme fixado em decreto regulamentador e, deverá ser firmado entre o Provedor de Serviços Ambientais e a Prefeitura Municipal de Guará.

 2 O Conselho Diretor pode indeferir a habilitao sempre que julgar necessário, desde que justificado por parecer técnico e ouvida a junta administrativa de recursos da Secretaria de Desenvolvimento Socioeconomico.

Art 19 Mediante a análise conjunta dos critérios de elegibilidade o Conselho Diretor habilitará o Provedor de Serviço nas Classes I, II, III:

I - A Classe I dará direito ao recebimento de 100% (cem por cento) do Valor da Unidade de Referência e de certificao de Promotor Pleno de Serviços Ambientais, sendo apto a atender esta classe somente aqueles proponentes enquadrados como Promotor Pleno, nos termos do artigo 17 desta lei;

II - A Classe II dará direito ao recebimento de 50% (cinquenta por cento) do Valor da Unidade de Referência;

III - A Classe III não dá direito a recebimento de incentivos monetários ou não monetários.

 1 Sem prejuízo às proporcionalidades dos Incentivos aos Serviços Ambientais das Classes I, II e III, o pagamento pelos serviços ambientais poderá associar os incentivos monetários aos não monetários viabilizados pelo Banco de áreas Verdes.

 2 As áreas verdes, matas ciliares, APP - áreas de Proteo Permanente e demais ecossistemas oriundos de condicionantes, compensaes, mitigaes e contrapartidas de projetos do Licenciamento Ambiental concedidos pelos órgãos públicos competentes nas esferas Federal, Estadual e Municipal não se enquadrarão para a Habilitao ao PSA.

 3 Não se aplica o disposto nesta legislao para os casos dos proprietários de imóveis com benefícios de iseno do imposto territorial urbano (IPTU).

 4 Os incentivos a serem concedidos aos Provedores de Serviços Ambientais deverão ser proporcionais aos serviços prestados, considerando a extensão e características da área submetida ao PSA, os custos de oportunidade e as aes efetivamente realizadas.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

 5 Cabe ao Poder Executivo definir a Unidade de Referência adotada nos parágrafos anteriores para fins de Pagamento por Serviços Ambientais.

Art 20 Caso o recebedor dos serviços ambientais descumpra qualquer das cláusulas do projeto apresentado ou exerça condutas lesivas ao meio ambiente, os pagamentos serão imediatamente suspensos e a habilitação sumariamente revogada, não podendo o proponente inscrever a área novamente, sem prejuízo das sanções penais, civil e administrativas, conforme legislação vigente, bem como a devolução dos valores recebidos, devidamente corrigidos na forma da lei.

Art 21 Os recursos necessários ao pagamento por serviços ambientais do PSA serão originados das seguintes fontes:

I - Dotações consignadas nas Leis Orçamentária Anual, a favor do Fundo Municipal por Pagamentos de Serviços Ambientais - FMPSA;

II - Doações realizadas por entidades nacionais e internacionais, na forma da legislação vigente, de outras pessoas físicas ou jurídicas, a favor do FMPSA;

III - Rendimentos que venham a auferir como remuneração decorrente de aplicações dos recursos financeiros do FMPSA;

IV - Reversão dos saldos anuais não aplicados;

V - Recursos do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – FECOP destinados pelo Conselho de Orientação a projetos de PSA no âmbito do Programa Estadual de Remanescentes Florestais, observados os requisitos previstos nas normas que regem o FECOP;

VI - Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO destinados a projetos de PSA pelo Comit da bacia Hidrográfica, observada a legislação de recursos hídricos, em especial a legislação sobre a Cobrança pelo uso por recursos hídricos e a normatização do FEHIDRO;

VII - Outros fundos, públicos ou privados, em âmbito municipal, estadual ou federal, que vierem a ser constituídos com esta finalidade;

VIII - Dotação consignada anualmente no orçamento Municipal em decorrência do repasse da ÁGUAS DE GUARÁ destinados a preservação dos mananciais do Município de Guará;

Parágrafo nico:- Os Pagamentos do PSA pelas fontes definidas neste artigo devem ser consignados pelos Conselhos Gestores dos referidos fundos, de acordo com suas respectivas regulamentações.

Art 22 Sem prejuízo dos recursos mencionados no artigo 21, o PSA poderá ainda contar com as seguintes fontes de receita:

I - Recursos decorrentes de acordos, convênios ou outros instrumentos congneres celebrados com órgãos e entidades federais ou estaduais;

II - Recursos oriundos de acordos judiciais.

Art 23 Fica criado o Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais - FMPSA, como captador e aplicador de recursos, públicos ou privados, a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho Diretor do PSA.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Parágrafo nico:- O FMPSA possui natureza contábil e financeira e vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Socioeconmico que fornecer os recursos humanos e materiais necessários  Consecução dos objetivos do PSA.

Art 24 O FMPSA será gerido e administrado pelo Conselho Gestor, cujos membros serão escolhidos dentre os do Conselho Diretor do PSA e fiscalizado por um Conselho Fiscal.

Art 25 Salvo disposição contrária em lei, aplicam-se a todos os Subprogramas e Projetos vinculados ao PSA os instrumentos de planejamento, gestão, controle, registro, execução, econmicos e financeiros constantes desta lei.

Art 26 Serão estabelecidos, por regulamento, os critérios e valores dos preços públicos, das taxas e das tarifas do PSA.

Art 27 O Município de Guará poderá desenvolver termo de cooperação com órgãos do governo federal, estadual e com entidades internacionais públicas e privadas para implementar as ações previstas nesta lei.

Art 28 Fica o município autorizado, por si ou por meio de sua administração indireta, a alienar créditos decorrentes de serviços ambientais e produtos ecossistêmicos vinculados à titularidade do município, desde que devidamente reconhecidos ou certificados, tais como:

I - Emissão evitada de carbono em florestas naturais e reflorestamento de áreas degradadas ou convertidas para uso alternativo do solo, vinculada a subprogramas, planos de ação e projetos do Programa ISA Carbono, nos termos da legislação em vigor;

II - Redução de emissões de gases de efeito estufa no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;

III - Outros mecanismos e regimes de mercado de comercialização de créditos ou outros ativos baseados em serviços ambientais e produtos ecossistêmicos, inclusive os mercados de redução de emissões de gases de efeito estufa.

 1 Os créditos referidos no caput poderão ser alienados em Bolsas de Valores, Mercadorias e de Futuros e entidades administradoras de mercados de balcão organizado, autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, no Mercado Brasileiro de Reduções de Emissões (MBRE) ou em outros mercados nacionais ou internacionais que respeitem a legislação nacional e internacional em vigor.

 2 O Município poderá, por sua administração direta ou indireta, mediante instrumento contratual específico, prestar serviço aos setores público ou privado para comercialização de ativos e créditos decorrentes de serviços ambientais e produtos ecossistêmicos pertencentes a terceiros.

Art 29 O Poder Executivo regulamentar por meio de Decretos e Portarias técnicas específicas da Secretaria de Desenvolvimento Socioeconomico, inclusive no que se refere às competências, estruturas, funcionamento e mandato das instituições criadas por esta Lei Complementar.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Art 30 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Guará/SP, 19 de junho de 2018.

Fabiana Junqueira Seribeli
Presidente

Regina Rodrigues Coelho
1ª Secretária

Abílio Mateus Borges
2º Secretário

10